

PREMIADO – PÓS-EDITAL

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2402023464M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Exame Nacional da Magistratura

Enam

ANO:

2024

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

**Direito Constitucional Direito Constitucional
do Trabalho, Direito Constitucional Tributário e
Normas Constitucionais de Processo Penal)**
Samuel Marques

1

Sobre as normas constitucionais e o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da definição de valor limite da Requisição de Pequeno Valor (RPV), assinale a alternativa correta.

- (A) A União é o único ente federativo que goza de autonomia para estabelecer valor correspondente às obrigações de pequeno valor.
- (B) Os entes federativos não possuem autonomia para fixação de valores de RPV em patamares inferiores aos previstos no ADCT.
- (C) A definição dos valores será relacionada à capacidade econômica do ente federativo, devendo tal ser considerada a partir de sua receita, além do grau de endividamento e de litigiosidade do ente.
- (D) A fixação dos valores independe das disponibilidades financeiras dos entes, em razão da autonomia federativa conferida.
- (E) É inconstitucional a definição de valores inferiores ao teto para o pagamento de RPV por parte dos municípios, pois necessariamente se vinculam às regras do art. 87 do ADCT, independentemente da sua disponibilidade financeira.

2

As funções essenciais à justiça são atividades propulsoras da atividade jurisdicional, uma vez que são responsáveis por provocarem a atuação do Poder Judiciário. Diante das lições constitucionais e da jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os defensores públicos, além de se submeterem ao regime próprio da Defensoria Pública, também se sujeitam ao Estatuto da OAB.
- (B) O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado.
- (C) É constitucional a concessão de auxílio destinado ao aperfeiçoamento profissional de membros da advocacia pública estadual.
- (D) Lei estadual não poderá criar cargos jurídicos fora da estrutura da procuradoria estadual para o exercício de atividades de representação judicial, consultoria ou assessoria para suas fundações públicas.

- (E) Dentre as competências para ações civis conferidas pela Constituição Federal ao Ministério Público, não há impeditivos para ações de terceiros nas mesmas hipóteses, dentro dos limites constitucionais e legais estabelecidos.

3

Sobre as competências dos órgãos do Poder Judiciário estabelecidas na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes comuns praticados por indígenas contra indígenas são de competência da justiça federal.
- (B) Compete à justiça estadual processar e julgar o prefeito municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante o órgão federal.
- (C) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar o crime de falsa anotação na carteira de trabalho e previdência social, atribuído à empresa privada.
- (D) A competência da justiça comum estadual para o julgamento de causas de competência da Justiça Federal em que forem parte da instituição de previdência social e segurado pressupõe inexistência de Vara Federal na Comarca do domicílio do segurado.
- (E) Compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

4

Acerca da forma federativa de estado, consagrada na Constituição de 1988, de modo a dividir as funções, receitas e responsabilidades entre os entes federativos, analise as afirmativas a seguir.

- I – Os territórios federais possuem a natureza jurídica de pessoa jurídica de direito público.
- II – A definição dos crimes de responsabilidade é da competência legislativa privativa da União.
- III – É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, inclusive o de instituições bancárias.
- IV – Compete à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e IV.

5

O poder constituinte é um conceito fundamental no direito constitucional que se refere à capacidade soberana de criar, modificar ou reformar uma constituição. É o poder supremo que fundamenta a existência e organização de um Estado, estabelecendo as bases jurídicas e políticas sobre as quais toda a ordem jurídica se desenvolve. Acerca do acima exposto, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O poder constituinte originário tem natureza fática, pois nasce das relações político-sociais, da vida em sociedade e não advém das normas jurídicas.
- (B) O STF não admite a utilização da mutação constitucional como fundamento da interpretação judicial em via de controle difuso.
- (C) A criação de constituições estaduais como norma organizatória dos estados federados é caracterizada como exercício do poder constituinte derivado decorrente.
- (D) O poder constituinte derivado reformador possui a habilidade de alterar as normas constitucionais por um procedimento específico estabelecido pelo poder constituinte originário, sem que seja necessária uma revolução.
- (E) Via de regra, apesar de a Constituição instaurar nova ordem jurídica, as normas anteriores a ela são recepcionadas, desde que com ela compatíveis.

6

Com base nas suas previsões constitucionais e jurisprudenciais acerca da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, assinale a alternativa correta.

- (A) As guardas municipais, mesmo que não previstas no rol de segurança pública indicado a partir do *caput* do art. 144 da Constituição Federal, encontram-se como integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.
- (B) Exceto a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais civis e militares cabem às polícias civis.
- (C) Segundo o Supremo Tribunal Federal, nos concursos públicos para acesso à carreira militar, a fixação de limite de idade pode ser indicada apenas no edital, não sendo necessária previsão legal.
- (D) A outorga constitucional às instituições de segurança pública de polícia judiciária não exclui a possibilidade de determinação da abertura de investigações, requisição de esclarecimentos, acompanhamento de atos de investigação penal, mesmo aqueles que tramitam sob regime de sigilo, ao Ministério Público, sendo-lhe garantido o poder-dever de assumir a presidência do inquérito policial.
- (E) É inconstitucional a instituição da competência de polícia de trânsito às guardas municipais, em especial para a imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

7

Sobre o instituto das provas e seus fundamentos constitucionais, processuais e jurisprudenciais, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
- (B) A gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é compreendida como prova ilícita.
- (C) Conforme o Superior Tribunal de Justiça, não há necessidade de se respeitar uma absoluta identidade de partes entre o processo de que se empresta a prova e o processo para o qual esta é emprestada.
- (D) A utilização de provas emprestadas no processo administrativo disciplinar é permitida, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e que sejam observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- (E) O juiz no processo penal poderá, quando entender necessário, ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes, bem como as pessoas as quais as testemunhas se referirem.

8

A entidade de classe Gran, com representatividade em 11 estados da federação, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para questionar a constitucionalidade das leis complementares municipais n. X, n. Y e n. Z, respectivamente, dos municípios A, B e C, cujos objetos tratam da formação de região metropolitana entre si. Diante do narrado acima, assinale a alternativa correta.

- (A) Há vício quanto à legitimidade para propositura de ADI pela entidade de classe.
- (B) As leis municipais indicadas são constitucionais, uma vez que compete aos municípios a instituição de regiões metropolitanas.
- (C) A ação proposta não se apresenta como adequada para o controle de constitucionalidade de tais normas.
- (D) A entidade de classe pode propor ADI independentemente de comprovação da pertinência temática em relação às normas objetos da inconstitucionalidade.
- (E) Para a propositura dessa ação, a entidade de classe não precisaria de assistência de advogado, tendo em vista a sua capacidade postulatória.

9

A Constituição Federal estabeleceu diversos direitos e garantias fundamentais para os cidadãos, incluindo direitos sociais básicos que representam obrigações positivas a serem cumpridas pelo Estado. Com relação aos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, examine as alternativas abaixo e assinale a correta.

- (A) A exigência de que a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados de empresas estatais siga diretrizes específicas determinadas pelo respectivo Poder Executivo é considerada inconstitucional.
- (B) Gestante contratada pela Administração Pública por prazo determinado não tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.
- (C) Para o STF, a administração pública não pode invocar o fundamento da reserva do possível diante da imposição de obrigação de fazer consistente na promoção de medidas em estabelecimentos prisionais para assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral.
- (D) A concretização dos direitos sociais se materializa a partir de direitos fundamentais prestacionais estabelecidos na Constituição Federal em determinado contexto histórico. Portanto, demandas sociais que não estão expressas no texto constitucional não podem ser legalmente exigidas do Estado por meio do Judiciário.
- (E) Devido ao princípio da reserva do possível, o Poder Judiciário não pode, por exemplo, exigir que os governos municipais construam creches e pré-escolas.

10

Analise as afirmativas abaixo:

- I – É constitucional a incidência de imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis.
- II – A competência para instituir a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) é exclusiva dos municípios e do Distrito Federal.
- III – A declaração de inconstitucionalidade da progressividade de alíquota anula a validade do tributo, portanto não se pode exigir sua cobrança.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III.

11

No contexto do ordenamento jurídico brasileiro, o controle de constitucionalidade desempenha um papel fundamental na preservação da supremacia da Constituição Federal. Considerando os princípios e institutos relacionados ao controle de constitucionalidade, ao processo legislativo e ao poder constituinte, analise as afirmativas a seguir.

- I – O controle concentrado de constitucionalidade, atribuição do Supremo Tribunal Federal (STF), permite a impugnação abstrata e preventiva de leis ou atos normativos federais, estaduais e municipais, sem a necessidade de uma situação concreta de litígio.
- II – A reserva de plenário é uma importante garantia de segurança jurídica, assegurando que a inconstitucionalidade de uma lei seja decidida pelo órgão colegiado competente, tanto para declarar a constitucionalidade quanto a inconstitucionalidade.
- III – O poder constituinte derivado reformador é limitado pela forma federativa do Estado, pela separação dos Poderes e pelos direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal, sendo-lhe vedado qualquer alteração às cláusulas pétreas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

12

Considerando a complexidade da Interpretação Constitucional, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A técnica da interpretação, segundo a Constituição, não é compatível com a declaração de inconstitucionalidade de trechos do dispositivo, por isso, não é admitida a figura da “interpretação conforme” com redução de texto.
- (B) A ponderação é um método flexível e dinâmico que permite ao intérprete constitucional lidar de forma adequada com os desafios e dilemas éticos enfrentados na aplicação das normas constitucionais.
- (C) A interpretação histórica busca compreender o sentido original das normas constitucionais, analisando o contexto histórico, social e político em que foram elaboradas.
- (D) A interpretação sistemática considera a Constituição um sistema normativo integrado, buscando harmonizar suas diversas disposições e princípios. No entanto, ela não se limita a isso, mas também busca manter a coerência e a unidade do ordenamento jurídico como um todo.

- (E) O método de interpretação constitucional jurídico, também conhecido como hermenêutico, refere-se à abordagem sistemática e principiológica utilizada para compreender o significado e o alcance das normas constitucionais. Considera-se que a interpretação das disposições constitucionais deve ocorrer de forma cuidadosa e contextualizada, levando em conta diversos aspectos.

13

No contexto do processo legislativo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Os critérios constitucionais que fundamentam a criação de medidas provisórias, expressos nos termos jurídicos abstratos da relevância e urgência, estão sujeitos, de forma excepcional, à revisão do Poder Judiciário, em conformidade com o princípio da separação dos poderes.
- (B) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser reapresentada, na mesma sessão legislativa, mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- (C) São consideradas cláusulas pétreas da CF/1988, entre outras, a forma federativa de Estado e o voto direto, secreto, universal, periódico e obrigatório, não se admitindo emenda constitucional tendente a aboli-las.
- (D) As emendas constitucionais, frutos do poder constituinte derivado reformador, são discutidas e votadas em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos e aprovadas por três quintos dos votos dos respectivos membros, e, em seguida, promulgadas pelo presidente da República e publicadas pelo Congresso Nacional.
- (E) O Presidente da República, em caso de urgência e relevância, pode editar medida provisória relativa a direito eleitoral.

14

Quanto à classificação das normas constitucionais de acordo com a sua eficácia, identifique a afirmativa incorreta.

- (A) Normas constitucionais de eficácia plena são autoaplicáveis, produzindo todos os efeitos jurídicos sem a necessidade de regulamentação.
- (B) Normas constitucionais de eficácia limitada dependem de normas infraconstitucionais para terem aplicabilidade em casos específicos.
- (C) As normas constitucionais de eficácia contida podem ter seus efeitos restringidos por meio de regulamentação infraconstitucional.
- (D) As normas constitucionais programáticas são espécies de normas de eficácia contida, uma vez que traçam metas a serem alcançadas pela atuação futura do Estado, com vistas à realização de seus fins sociais.
- (E) Toda norma constitucional goza de eficácia jurídica.

15

Considerando a teoria geral dos direitos fundamentais, assinale a alternativa que melhor descreve a dimensão objetiva dos direitos fundamentais.

- (A) Faculdade de um sujeito exigir uma ação do Estado.
- (B) Estabelece os direitos de participação política e de acesso à justiça.
- (C) Possibilidade de um indivíduo exigir que o Estado se abstenha.
- (D) Atua como limitação do poder estatal, orientando a interpretação e aplicação das normas constitucionais.
- (E) Define os direitos sociais, econômicos e culturais garantidos pelo Estado aos cidadãos.

16

Compreendendo o direito constitucional do trabalho, assinale a alternativa incorreta, tendo em vista o entendimento constitucional e jurisprudencial.

- (A) O adicional de um terço previsto no art. 7º da Constituição Federal não deve incidir sobre a remuneração relativa a todo período de férias.
- (B) A contribuição confederativa não é exigível de todos os trabalhadores integrantes da categoria.
- (C) Não ofende a Constituição Federal a instituição de contribuição assistencial imposta aos empregados não filiados ao sindicato, por acordo, convenção coletiva de trabalho, desde que seja garantido o direito de oposição.
- (D) É lícito ao sindicato se negar à negociação proposta, bem como aos empregados se valer do direito de greve para defesa de seus interesses, competindo-lhes ainda decidir sobre a oportunidade de exercê-lo, sujeitando-se, no entanto, os responsáveis às penas da lei, por abusos eventualmente cometidos.
- (E) A competência para o julgamento das ações que envolvem acidentes de trabalho não será da Justiça do Trabalho.

Direito Administrativo**Renato Borelli****17**

Em relação à teoria do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A edição de atos administrativos cabe somente aos órgãos do Executivo.
- (B) Avocação é o deslocamento de competências e ocorre quando um órgão ou autoridade, titular de determinados poderes e atribuições, transfere a outro órgão ou autoridade uma parcela desses poderes e atribuições.
- (C) Objeto do ato administrativo significa o efeito prático pretendido com a edição do ato administrativo ou a modificação por ele trazida ao ordenamento jurídico.
- (D) Autoexecutoriedade ou autoridade da coisa decidida consiste na força obrigatória do ato administrativo em relação àqueles a que se destina.
- (E) Os atos administrativos já nascem com a presunção de legalidade, o que exige a administração de motivá-los.

18

Ressalvada a ordem de polícia, em relação à possibilidade de delegação do poder de polícia, por meio de lei, as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, o Supremo Tribunal Federal entende que é

- (A) inconstitucional, porque não integram a Administração Direta.
- (B) constitucional, inclusive no que tange à fase do ciclo de polícia de sanção de polícia.
- (C) inconstitucional, porque não ostentam personalidade jurídica de direito público.
- (D) constitucional, apenas no que tange à fase do ciclo de consentimento e fiscalização de polícia.
- (E) constitucional, apenas no que tange à fase do ciclo de polícia do consentimento de polícia, razão pela qual não podem aplicar multas.

19

Nos termos da doutrina de Direito Administrativo e as disposições contidas na Lei n. 9.784/1999, que trata do processo administrativo, a competência para a prática dos atos administrativos deve ser definida em legalmente ou em ato administrativo geral e, obrigatoriamente, tem as seguintes características gerais:

- (A) indelegabilidade, irrenunciabilidade e prorrogabilidade.
- (B) renunciabilidade, delegabilidade e prescritibilidade.
- (C) imprescritibilidade, irrenunciabilidade e improrrogabilidade.
- (D) avocabilidade, indelegabilidade e prescritibilidade.
- (E) irrenunciabilidade, avocabilidade e prescritibilidade.

20

Sabe-se que o Poder Público relaciona-se com o particular em posição de supremacia em busca do cumprimento do interesse público. Além de adquirir prerrogativas específicas, o Estado deve se submeter a um conjunto de normas determinadas, caracterizando uma relação poder-dever.

A respeito dessa atuação em condição de superioridade Estatal, é correto afirmar que representa a submissão ao regime:

- (A) de jurisdição dual.
- (B) contencioso administrativo.
- (C) confederativo.
- (D) jurídico administrativo.
- (E) *common law*.

21

Governador de Estado determinou que circulassem por diversas municipalidades carros de som adesivados com seu nome e símbolo utilizado por seu partido em sua última campanha eleitoral, informando à população que ele tinha acabado de construir e inaugurar novas escolas, postos de saúde e parques públicos, razão pela qual seria considerado o melhor político da região.

No caso em tela, o governador violou direta e frontalmente o princípio expresso da administração pública da:

- (A) eficiência, pois os esforços do gestor devem se limitar às atividades fins em matéria de serviço público.
- (B) economicidade, pois a circulação de carros oficiais pelas cidades causa dano ao erário.
- (C) impessoalidade, pois na publicidade oficial não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades.
- (D) publicidade, pois atos oficiais devem ser objeto de publicação no Diário Oficial, e não por meio de campanhas informativas por carros de som.
- (E) competitividade, pois desequilibrou as oportunidades de ganhos eleitorais entre os demais políticos da região que não possuem a máquina pública em suas mãos.

22

Em razão das fortes chuvas do último mês de setembro, várias regiões do Estado Alfa ficaram totalmente alagadas e muitas famílias ficaram desabrigadas. Diante do iminente perigo público, o Governador do Estado usou a propriedade privada de diversas empresas, que estavam inutilizadas, para assentar as famílias atingidas até a solução definitiva dada ao caso.

Na hipótese narrada, o governador se valeu da intervenção do Estado na propriedade chamada de:

- (A) ocupação temporária, mediante prévia e justa indenização.
- (B) requisição administrativa, assegurada a indenização ulterior, se houver dano.
- (C) desapropriação temporária, mediante imediata e justa indenização.
- (D) limitação administrativa, assegurada a indenização ulterior, se houver dano.
- (E) servidão administrativa, assegurada a indenização justa e posterior.

23

Em relação às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, de acordo com a atual redação da Lei n. 8.429/1992, marque a alternativa correta.

- (A) A sanção de perda da função pública, em relação a qualquer ato de improbidade, atinge qualquer vínculo que o agente tiver com o poder público no momento do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (B) Na responsabilização da pessoa jurídica, não poderão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, pois o interesse público está acima do privado de viabilizar a manutenção de suas atividades.
- (C) Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere a Lei de Improbidade não deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa, ainda que tenha por objeto os mesmos fatos, diante do caráter sancionador da improbidade.
- (D) A multa civil pode ser aumentada até cinco vezes o valor máximo previsto para cada espécie de ato de improbidade, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor inicialmente previsto é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
- (E) Em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica.

24

Em relação à estrutura da Administração Pública brasileira, tomando-se como parâmetros os textos da Constituição da República e da legislação, bem como da jurisprudência referente à matéria, marque a alternativa correta.

- (A) Alguns órgãos públicos que embora não possuam personalidade jurídica, mas possuem personalidade judiciária, podem, excepcionalmente, demandar em juízo para defender seus direitos institucionais.
- (B) As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações serão criadas somente por lei específica enquanto a instituição de autarquias é autorizada.
- (C) As sociedades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) passam a integrar a Administração Pública indireta após a aquisição da qualificação.
- (D) Todas as empresas estatais, pelo fato de integrarem a Administração Pública Indireta, enquadram-se no conceito de Fazenda Pública, sendo extensíveis a elas todas as prerrogativas inerentes às pessoas jurídicas de direito público.
- (E) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções não se estende às empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, por se tratar de pessoas jurídicas de direito privado.

25

O Distrito Federal pretende alienar um prédio público que atualmente não está sendo utilizado.

De acordo com a nova Lei de Licitações (Lei Federal n. 14.133/2021), a alienação pretendida está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e, via de regra:

- (A) dependerá de autorização do Governador do DF e poderá ser feita com inexistência de licitação.
- (B) dependerá de autorização do TCDF e poderá ser feita com dispensa de licitação.
- (C) dependerá de autorização do TCDF e de licitação na modalidade concorrência.
- (D) exigirá autorização legislativa da Câmara dos Deputados e dependerá de licitação na modalidade leilão.
- (E) exigirá autorização legislativa da Câmara Legislativa do DF e dependerá de licitação na modalidade concorrência.

26

Assinale a alternativa que identifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos, em nome próprio, sob a forma de fundação, associação ou cooperativa, para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado e que mantêm vínculo jurídico com entidades da administração direta ou indireta, em regra por meio de convênio.

- (A) Entidades de apoio.
- (B) Serviços sociais autônomos.
- (C) Organizações sociais.
- (D) Autarquias em regime especial.
- (E) Organizações da sociedade civil de interesse público.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Juliano Alves

27

O Conselho Nacional de Justiça, a fim de assegurar o desenvolvimento da Política Pública de tratamento adequado dos conflitos e a qualidade dos serviços de conciliação e mediação enquanto instrumentos efetivos de pacificação social e de prevenção de litígios, institui o Código de Ética de conciliadores e mediadores judiciais, norteado por princípios que formam a consciência dos terceiros facilitadores, como profissionais, e representam imperativos de sua conduta.

A respeito dos princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais, analise as afirmativas a seguir.

- I – Confidencialidade – dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese.
- II – Decisão informada – dever de manter o jurisdicionado plenamente informado quanto aos seus direitos e ao contexto fático no qual está inserido.
- III – Competência – dever de observar as regras processuais de competência interna divididas em regras gerais, regras de fixação da competência, regras de modificação de competência e regras de incompetência.
- IV – Imparcialidade – dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente;

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III, apenas.

28

Considerando que a Lei veda ao magistrado “procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções” e comete-lhe o dever de “manter conduta irrepreensível na vida pública e particular” (LC n. 35/1979, arts. 35, inciso VIII, e 56, inciso II), o Conselho Nacional de Justiça editou o Código de Ética da Magistratura, documento fundamental para que a magistratura brasileira cultive princípios éticos, pois lhe cabe também função educativa e exemplar de cidadania em face dos demais grupos sociais.

A respeito dessas regras éticas, analise as afirmativas a seguir.

- I – Não se considera tratamento discriminatório injustificado a audiência concedida a apenas uma das partes ou seu advogado, contanto que se assegure igual direito à parte contrária, caso seja solicitado.
- II – O magistrado deve evitar comportamentos que impliquem a busca injustificada e desmesurada por reconhecimento social, mormente a autopromoção em publicação de qualquer natureza.
- III – Cumpre ao magistrado adotar as medidas necessárias para evitar que possa surgir qualquer dúvida razoável sobre a legitimidade de suas receitas e de sua situação econômico-patrimonial.
- IV – É dever do magistrado denunciar qualquer interferência que vise a limitar sua independência.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III, apenas.

29

A integridade de conduta do magistrado fora do âmbito estrito da atividade jurisdicional contribui para uma fundada confiança dos cidadãos na judicatura, impondo-lhe restrições e exigências pessoais distintas das acometidas aos cidadãos em geral (arts. 15 e 16 do Código de Ética da Magistratura Nacional).

A respeito dos parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário estipuladas na Resolução CNJ n. 305/2019, analise as afirmativas a seguir.

- I – A utilização de pseudônimos não isenta a observância dos limites éticos de conduta, mas exclui a incidência da Resolução CNJ n. 305/2019.
- II – As magistradas e os magistrados podem utilizar a marca ou a logomarca da instituição como forma de identificação pessoal nas redes sociais.
- III – As magistradas e os magistrados devem adotar postura seletiva e criteriosa para o ingresso em redes sociais, bem como para a identificação em cada uma delas.
- IV – As magistradas e os magistrados devem observar que a moderação, o decoro e a conduta respeitosa devem orientar todas as formas de atuação nas redes sociais.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e II, apenas.

30

O estudo das heurísticas e dos vieses em torno da tomada de decisões tem como marco um trabalho, dos anos 1970, elaborado por Daniel Kahneman e Amos Tversky, que realizaram experimentos reveladores de como as pessoas pensam a partir de atalhos mentais, de modo a simplificar e agilizar o processo de tomada de decisões, ficando, porém, sujeitas a erros cognitivos.

A respeito dos 3 tipos de heurística que as pessoas utilizam para tomar decisões, agindo de maneira intuitiva, simplificada e ágil, analise as afirmativas a seguir.

- I – Qual é a probabilidade de que o objeto A pertença à classe B? Qual é a probabilidade de que o evento A se origine do processo B? Qual é a probabilidade de que o processo B venha a produzir o evento A? Ao responder a tais questões, as pessoas normalmente se apoiam na heurística da disponibilidade, em que as probabilidades são avaliadas segundo o grau em que A se assemelha a B.
- II – Há situações em que as pessoas estimam a frequência de uma classe ou a probabilidade de um evento pela facilidade com que os casos ou ocorrências podem ser trazidos à mente. Por exemplo, alguém

pode estimar o risco de ataque cardíaco numa população de meia-idade recordando as ocorrências do mal entre seus próprios conhecidos. Similarmen-te, a pessoa pode avaliar a probabilidade de que um determinado negócio fracasse imaginando várias dificuldades com que ele irá se deparar. Essa heurística de julgamento é chamada de representatividade.

- III – Em muitas situações as pessoas fazem estimativas começando por um valor inicial que é ajustado para produzir a resposta final. O valor inicial, ou ponto de partida, talvez seja sugerido pela formulação do problema, ou talvez seja o resultado de um cálculo parcial. Tanto num caso como no outro, ajustes são tipicamente insuficientes. Ou seja, diferentes pontos de partida produzem diferentes estimativas, que são viesadas na direção dos valores iniciais. Chamamos isso de fenômeno da ancoragem.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II.

31

À luz da jurisprudência atual do STF versando sobre temas atinentes ao direito da antidiscriminação, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É inconstitucional, por ofensa aos princípios da isonomia, da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, norma que obrigue a manutenção de exemplar de determinado livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.
- (B) É incompatível com a Constituição Federal de 1988 a concessão de direito a prisão especial, até decisão penal definitiva, a pessoas com diploma de ensino superior.
- (C) É inconstitucional, por ofensa aos princípios da isonomia, da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, norma que obrigue a manutenção de exemplar de determinado livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.
- (D) O candidato estrangeiro tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor, técnico e cientista em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, salvo se a restrição da nacionalidade estiver expressa no edital do certame com o exclusivo objetivo de preservar o interesse público e desde que, sem prejuízo de controle judicial, devidamente justificada.
- (E) Obrigatoriedade de etiquetas em braile ou outro meio acessível que atenda às pessoas com deficiência em peças de vestuário.

32

No célebre *Livro V – da Ética a Nicômaco*, Aristóteles declara que a justiça é “a principal dentre as virtudes” e que existem dois sentidos de justiça: um geral e um particular. A respeito dos dois tipos particulares de justiça: a distributiva e a corretiva, analise as afirmativas a seguir.

- I – A justiça distributiva é aquela que provê uma solução adequada em transações privadas.
- II – A justiça corretiva é aquela exercida pelo juiz para pôr fim a disputas e punir infratores.
- III – A justiça corretiva é o direito a uma parte dos bens sociais relativa à função que uma pessoa exerce no corpo social.
- IV – O princípio de igualdade proporcional justifica as preferências por meio de critérios identificáveis e consensualmente aceitas.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I e II, apenas.

Direitos Humanos

Alice Rocha

33

Pelo Decreto n. 10.932/2022, o Brasil promulgou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. Com relação a essa Convenção e ao tratamento especial que o Brasil oferece à incorporação de tratados em direitos humanos, é correto afirmar que:

- (A) a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância foi incorporada como norma supralegal, assim como todos os tratados de direitos humanos aprovados pelo rito comum, anterior ou posteriormente à Emenda Constitucional n. 45/2004.
- (B) para serem incorporados com *status* equivalente à emenda constitucional, os tratados em direitos humanos precisam passar pelo rito estabelecido no art. 5º, § 3º, da Constituição da República de 1988, com a necessidade de aprovação em dois turnos somente no Senado Federal, por ser a Casa do Congresso Nacional revisora da aprovação.
- (C) a fim de monitorar a implementação dos compromissos assumidos pelos Estados Partes na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, os Estados Partes deverão apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos relatórios a cada quatro anos com dados e estatísticas sobre os grupos vulneráveis.

(D) a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância é considerada inovadora por considerar o fenômeno do racismo como uma capacidade dinâmica de renovação, exigindo princípios e conceitos democráticos dinâmicos para uma efetiva promoção da igualdade jurídica efetiva.

(E) a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância o conceito de discriminação racial indireta apresentado na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial assinada em Nova York em 1966.

34

A respeito da Teoria Geral de Direitos Humanos, é incorreto afirmar que:

- (A) inalienabilidade e limitabilidade são características/especificidades dos direitos humanos.
- (B) o rol de direitos humanos não é exaurível.
- (C) a proteção dos direitos humanos é mais ampla do que a dos chamados direitos fundamentais.
- (D) de acordo com a teoria jusnaturalista, não importa a positivação dos direitos humanos em tratados ou leis internas, bastando a observância das regras de convívio social.
- (E) a dignidade humana é o principal fundamento de direitos humanos no Brasil.

35

Joaquim é um jovem negro que sofreu discriminação racial quando tentava entrar em uma casa de eventos para participar de uma festa de luxo. Indignado, Joaquim liga para Mara, sua amiga que acaba de ser aprovada no concurso da magistratura e sabe tudo de direitos humanos, e lhe pergunta sobre a natureza do crime de racismo do qual acaba se ser vítima.

Com base no exposto, Mara deve esclarecer à Joaquim que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a prática de racismo constitui um crime:

- (A) sujeito a pena de multa e danos morais.
- (B) inafiançável e imprescritível.
- (C) inafiançável e prescritível.
- (D) afiançável e imprescritível.
- (E) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

36

Análise o caso hipotético abaixo e, em seguida, responda ao que se pede.

Integrantes da milícia X executaram, a tiros, dois integrantes de grupo rival. Alberto que passava pelo local no momento do crime é a única testemunha ocular do crime. Receoso que Alberto reconheça os autores do crime, o chefe da milícia X o intercepta e o leva para local isolado onde aplica atos intensos de tortura e ameaça de morte a Alberto e seus familiares.

Após ser liberado, Alberto, bastante machucado e atordado, cruza com uma viatura da polícia militar que o retém por “atitude suspeita”. Bastante abalado, Alberto decide não contar nada aos policiais por medo de ser morto pela milícia caso relatasse o ocorrido.

Os policiais interrogam Alberto dentro da viatura e utilizam uma escalada de atos de agressividade e intenso sofrimento, inclusive com abuso de autoridade, uso de algemas, ameaça de prisão e morte.

Nesse contexto, de acordo com a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto n. 40/1991), quanto ao sofrimento de Alberto, é possível concluir que:

- (A) a milícia X e os policiais militares não praticaram tortura.
- (B) a milícia X e os policiais militares praticaram tortura.
- (C) a milícia X praticou tortura e os policiais militares não praticaram tortura.
- (D) a milícia X não praticou tortura e os policiais militares praticaram tortura.
- (E) como ele se negou a explicar a situação aos policiais, esses agiram no devido cumprimento da lei, não configurando tortura.

37

Margarida é uma jovem sonhadora que imagina, desde criança, como seria maravilhoso morar fora do Brasil. No entanto, a vida não seguiu os planos sonhados por Margarida. Ela se casou, teve uma filha, Rosa, e se divorciou do marido Rubens após diversos episódios de violência doméstica.

Em janeiro de 2023, sua amiga Carmélia tenta ajudar Margarida a realizar o seu sonho, apresentando uma proposta de trabalho na Espanha, onde seria remunerada em euros e poderia enviar o dinheiro à filha Rosa no Brasil. Contudo, Margarida condiciona sua ida ao envio de Rosa, de 10 anos, junto com ela, pois não gostaria de deixar a filha aos cuidados de Rubens.

Quando chegam na Espanha, Margarida é surpreendida ao perceber que a “proposta de trabalho” era na verdade um esquema criminoso de exploração sexual e trabalho forçado, não podendo sair do estabelecimento e recebendo uma pequena porcentagem dos ganhos obtidos pelo esquema.

Como Rosa não poderia ficar no estabelecimento e para que Margarida pudesse “trabalhar” mais tranquila, ela foi encaminhada para uma família que a acolheu, oferecendo escola de qualidade e podendo gozar livremente de sua liberdade.

Considerando o caso apresentado e com base no Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente mulheres e crianças, é correto considerar que:

- (A) com relação a Margarida, como foi por livre consentimento e está recebendo uma remuneração pelo trabalho, não configura tráfico de pessoas.
- (B) com relação a Margarida, ainda que tenha ido por livre consentimento e esteja recebendo uma remuneração pelo trabalho, configura-se o tráfico de pessoas.
- (C) com relação a Rosa, como possui plena liberdade, não constitui tráfico de pessoas.
- (D) com relação a Margarida, como foi por livre consentimento e está recebendo remuneração, caso seja liberada no prazo máximo de 1 ano, não configura trabalho forçado.
- (E) em nenhum dos casos se configura o trabalho forçado, tendo em vista as oportunidades de melhoria de vida ofertadas a Margarida e a Rosa.

38

Rafael, filho único de Lionel e Alice, acaba de completar 18 anos e foi convocado a se apresentar ao serviço militar obrigatório, sendo requisitado para servir em uma base longe da casa dos pais. Bastante chateados, os pais não querem que o filho se afaste e consideram absurda a obrigatoriedade de cumprir um serviço militar que, na opinião deles, seria irrelevante em tempos de paz no Brasil e caracterizaria trabalho forçado. Sendo assim, buscam auxílio judicial para impedir o cumprimento da requisição, devendo o juiz esclarecer que o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos que estabelece que “Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório”. No entanto, é correto afirmar que esta Convenção também estabelece que não constitui trabalho forçado:

- (A) o serviço militar e, nos países onde se admite a isenção por motivos de consciência, o serviço nacional que a lei estabelecer em lugar daquele.
- (B) o trabalho ou serviço que não faça parte das obrigações cívicas normais.
- (C) o trabalho exercido sob ameaça psicológica ou física, desde que consentido pelo trabalhador.
- (D) os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida por autoridade judiciária ou administrativa competente.
- (E) o serviço militar obrigatório, não sendo possível a substituição do mesmo por pena alternativa ou dispensa estatal.

Direito Processual Civil**Jayder Araujo e Cristiny Rocha****39**

O autor requereu medida cautelar, em caráter antecedente, consistente no arresto de bens do réu, a fim de assegurar o resultado útil da ação de cobrança. O juiz deferiu o pedido e determinou a citação e intimação do réu. A medida liminar foi cumprida e não foi interposto, pelo réu, nenhum recurso no prazo legal. Nessa situação, é correto afirmar que:

- (A) houve a estabilização da tutela provisória concedida em caráter antecedente e o juiz deverá extinguir o processo.
- (B) não é cabível, nessa hipótese, a estabilização da tutela.
- (C) o autor deverá aditar a petição inicial em 15 dias, sob pena de revogação da medida.
- (D) o processo deverá ser extinto com resolução de mérito, tendo em vista a estabilização da tutela provisória e a formação da coisa julgada.
- (E) o réu deverá contestar em 15 dias, a contar da citação, sob pena de revelia.

40

Foi proposta ação de investigação de paternidade por Arthur em face de João. Na petição inicial, Arthur manifestou, expressamente, o desinteresse na composição consensual. Considerando esta situação, é correto afirmar que o juiz:

- (A) designará audiência de conciliação e determinará a citação do réu, tendo em vista que a audiência somente não ocorrerá se ambas as partes manifestarem o desinteresse na composição consensual.
- (B) dispensará a audiência de conciliação, tendo em vista que não cabe audiência dessa natureza em causa que verse sobre direito indisponível.
- (C) designará audiência de conciliação, com antecedência mínima de 60 dias, e mandará citar o réu ao menos 30 dias antes da data da audiência.
- (D) dispensará a audiência de conciliação e determinará a citação do réu para apresentar contestação em 15 dias, sob pena de se presumir verdadeiros os fatos alegados pelo autor na petição inicial.
- (E) dispensará a audiência de conciliação, tendo em vista que ela somente ocorrerá quando a parte autora manifestar o interesse de sua realização na petição inicial.

41

De acordo com a jurisprudência do STJ sobre a penhora de bens, é correto afirmar que:

- (A) o conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange somente o imóvel pertencente a pessoas casadas, em união estável ou que tenham prole que viva sob a sua dependência.
- (B) é impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.
- (C) a vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis constitui bem de família para efeito de penhora.
- (D) é impenhorável o bem de família de fiador de contrato de locação comercial.
- (E) é penhorável o imóvel residencial de alto padrão ou de luxo, mesmo que seja o único bem destinado à residência da unidade familiar.

42

Sobre os recursos, é correto afirmar que:

- (A) a desistência do recurso dependerá da anuência dos litisconsortes.
- (B) a renúncia ao direito de recorrer não depende da aceitação da outra parte.
- (C) o agravo de instrumento será interposto no prazo de 15 dias, por petição dirigida ao juízo de primeiro grau.
- (D) quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa não superior a dez por cento do valor atualizado da causa.
- (E) os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

43

O juiz, ao analisar a petição inicial de uma ação de indenização, verificou a prescrição da pretensão deduzida pela parte autora. Nessa situação, o juiz deverá:

- (A) determinar a intimação da parte autora para se manifestar, em 15 dias, sobre a incidência da prescrição.
- (B) determinar a emenda a petição inicial, a fim de que o provimento condenatório seja substituído por provimento de natureza declaratória.
- (C) indeferir, liminarmente, a petição inicial.
- (D) designar audiência de conciliação e determinar a citação do réu.
- (E) julgar liminarmente improcedente o pedido.

44

Acerca das provas no processo civil, é correto afirmar que:

- (A) a prova emprestada somente será admitida quando ambas as partes tiverem participado do outro processo em que ela foi produzida.
- (B) em causas que recaiam sobre direito indisponível, as partes podem convencionar sobre a distribuição do ônus da prova tanto antes quanto durante o processo.
- (C) a produção antecipada de provas previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- (D) os dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos poderão constar da ata notarial.
- (E) a audiência de instrução e julgamento poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 15 (quinze) minutos do horário marcado.

45

“Ao fenômeno processual referente à fixação da competência, tendo em vista os elementos de fato e de direito existentes no momento da propositura da ação, dá-se o nome de *perpetuatio jurisdictionis* (perpetuação da jurisdição)” (DONIZETTI, Elpídio. Curso de direito processual civil: volume único. 26. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2023. p.219).

Sobre o tema, de acordo com o ordenamento jurídico e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- (A) a regra da *perpetuatio jurisdictionis* não pode ser mitigada.
- (B) nas hipóteses de ações relativas à saúde intentadas com o objetivo de compelir o poder público ao cumprimento de obrigação de fazer consistente na dispensação de medicamentos não inseridos na lista do Sistema Único de Saúde (SUS), mas registrados na Anvisa, deverá prevalecer a competência do juízo de acordo com os entes contra os quais a parte autora eleger demandar.
- (C) as regras de repartição de competência administrativa do SUS devem ser invocadas pelos magistrados para fins de alteração ou ampliação do polo passivo delineado pela parte no momento da propositura da ação.
- (D) a competência da Justiça Federal, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal, é determinada por critério subjetivo, em regra, em razão das pessoas que figuram no polo passivo da demanda (competência *ratione personae*).
- (E) determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.

46

Carla ajuiza ação contra Bernardo, a qual foi distribuída para a 1ª Vara Cível de Brasília, onde requer indenização moral pelo período em que foram sócios por ofensas que o demandado lhe teria feito ao término da relação. Citado, Bernardo protocola petição pelo desinteresse na audiência de conciliação ou mediação, que é cancelada. O réu apresenta defesa, alegando em preliminar que já tramitou outra ação com pedido de dano moral pela autora na 2ª Vara Cível, julgada improcedente, onde foram requeridos danos morais por exposição da sua vida privada, bem como danos materiais. Essa ação já transitou em julgado em 02.12.23. Nessa linha, de acordo com o ordenamento jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) Deverá ser feita a remessa ao juízo da 2ª Vara Cível, por ser este o juízo preventivo.
- (B) Há coisa julgada que prejudica a análise da segunda ação.
- (C) O magistrado da 1ª Vara Cível é competente, devendo proceder a regular tramitação do feito.
- (D) Há continência entre as ações.
- (E) Em função da continência, a ação contida deverá ser reunida com a ação continente.

47

Sobre os poderes do juiz, de acordo com o CPC e a jurisprudência, analise as assertivas a seguir.

- I – O CPC/2015 sequer menciona a necessidade de ser proferida a sentença pelo juiz que colheu a prova, razão pela qual não se fala em princípio da identidade física do juiz.
- II – O juiz deve adotar todas as medidas indutivas, mandamentais e coercitivas, como autoriza o art. 139, IV, do CPC, com vistas a refrear a renitência de quem deve fornecer o material para exame de DNA, especialmente quando a presunção contida na Súmula 301/STJ se revelar insuficiente para resolver a controvérsia.
- III – O STJ já entendeu pela impossibilidade de aplicação da suspensão de CNH e apreensão de passaporte às Execuções Fiscais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

48

Maria ajuíza ação condenatória para o pagamento de pensão por morte em decorrência de união estável havida entre ela e o falecido, promovida por esta contra a esposa e o instituto previdenciário estadual, perante a Vara de Fazenda Pública da comarca da capital. Ao fim, instruída a demanda, o juízo julgou a ação procedente. A companheira, com base na união estável reconhecida na sentença transitada em julgado do processo previdenciário, propôs demanda para ver reconhecido seu direito hereditário contra a esposa. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) haverá coisa julgada que pode ser alegada em futuro processo com pedido de reconhecimento de direito hereditário contra a esposa.
- (B) o juiz não poderá reconhecer a coisa julgada, pois os processos que tramitam perante as varas de fazenda pública possuem limitação cognitiva.
- (C) o juiz da segunda ação poderá reconhecer a coisa julgada, pois a eficácia subjetiva estende seus efeitos a todas as partes do processo, não prejudicando terceiros.
- (D) havendo risco de decisões conflitantes, deverá a segunda ação ser reunida para julgamento conjunto, para evitar decisões conflitantes, ainda que não houvesse conexão entre eles.
- (E) não haverá coisa julgada que pode ser alegada em futuro processo com pedido de reconhecimento de direito hereditário contra a esposa, visto que a primeira ação julgou a união estável como questão prejudicial.

49

Sobre a gratuidade da justiça, é correto afirmar que:

- (A) a concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- (B) o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.
- (C) se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, em incidente que ocorrerá em apartado, e não suspenderá seu curso.
- (D) se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, em incidente que ocorrerá em apartado, e suspenderá seu curso.
- (E) o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, independentemente de ouvir previamente a parte interessada.

50

Sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o oficial de justiça não encontrar o executado, fará arresto cautelar de tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
- (B) É incabível a concessão de tutela provisória de urgência em incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- (C) As medidas adequadas para efetivação da tutela provisória independem do trânsito em julgado, salvo contra o Poder Público.
- (D) A vedação da concessão de tutela de urgência cujos efeitos possam ser irreversíveis pode ser afastada no caso concreto com base na garantia do acesso à Justiça.
- (E) O STJ já entendeu que o protesto contra alienação de bens tem o condão de obstar o respectivo negócio e anulá-lo.

Direito Civil

Maryanne Abreu

51

Quanto à despersonalização da pessoa jurídica, é correto afirmar que:

- (A) constitui desvio de finalidade a expansão do propósito original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- (B) falta legitimidade ao sócio executado para impugnar decisão judicial que no curso do cumprimento de sentença defere pedido de desconsideração inversa da personalidade jurídica dos entes empresariais dos quais é sócio.
- (C) para a teoria menor, o risco empresarial normal às atividades não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos administradores desta, ainda que estes demonstrem conduta administrativa proba.
- (D) o simples cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigação de sócio não caracteriza confusão patrimonial.
- (E) o encerramento das atividades de forma irregular da sociedade é causa, por si só, para desconsideração da personalidade jurídica da empresa, nos termos do Código Civil.

52

João Paulo ajuizou em janeiro de 2024 ação indenizatória perante a Vara Cível do Riacho Fundo/DF, aduzindo que adquiriu em dezembro de 2023 um veículo da marca CLARIC, ano 2020, 22km, pelo preço de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais). Afirmou que teria sido garantido pela empresa alienante que o veículo se encontrava em boas condições de uso, porém, no mesmo dia da aquisição, o veículo apresentou defeitos. Ao ser levado ao mecânico, este constatou problemas diversos. Aduz que, em razão dos vícios ocultos, faz jus à restituição da quantia despendida com a realização dos reparos além de perdas e danos.

Com base na situação narrada, é correto afirmar que:

- (A) constatada por meio de perícia a existência de vícios ocultos do automóvel que diminuem consideravelmente o seu valor, consistentes em avarias de grande monta, é cabível, se pedido houver, a rescisão do negócio jurídico, consoante o art. 441 do CC.
- (B) considerando a natureza propriamente dita da coisa negociada (veículo com três anos de uso, aparentando diversos vícios aparentes e adquirido em valor inferior ao da tabela FIPE), o demandante entabulou o negócio jurídico absolutamente ciente desta condição, por preço compatível com a depreciação do bem adquirido. Portanto, não faz jus a qualquer reparação.
- (C) para a configuração do vício redibitório é prescindível a sua preexistência à entrega da posse.
- (D) quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de noventa dias, em se tratando de bens móveis; e de cento e oitenta dias, para os imóveis.
- (E) independentemente se conhecia ou não o defeito, cabe ao alienante restituir o que recebeu além das perdas e danos.

53

Nos termos do art. 1.210 do Código Civil: *“O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado”*.

Em relação aos efeitos da posse, assinale a opção incorreta.

- (A) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levá-las, quando o puder sem detrimento da coisa.
- (B) O possuidor de má-fé não responde pela deterioração da coisa, ainda que acidentais, se provar que de igual modo se teriam dado na posse do reivindicante.
- (C) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos; por outro lado, devem ser restituídos os frutos colhidos por antecipação.
- (D) Nos contratos de locação, é válida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.
- (E) As benfeitorias compensam-se com os danos e sempre obrigam ao ressarcimento.

54

Maria Madalena, casada com Rafael Duarte há 15 anos, decide se divorciar. Separada de fato há 1 mês passou a residir num imóvel alugado. Está desempregada e auferir benefício assistencial no valor de um salário mínimo, valor esse que entende ser insuficiente para arcar com as suas necessidades básicas. Pretende, assim, com fundamento no art. 1694 do Código Civil, apresentar junto ao pedido de divórcio a pretensão de fixação de alimentos em seu favor a ser pago por seu ex-marido.

Na situação disposta, acerca da prestação alimentícia a ex-cônjuge/companheiro, é correto afirmar que:

- (A) a obrigação de prestar alimentos, recíproca entre ex-cônjuges, decorre do Princípio Constitucional de Igualdade Substancial, consistente em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida da sua desigualdade.
- (B) a prestação alimentícia a ex-cônjuge é medida excepcional e de caráter temporário, ou seja, por período razoável para que o ex-cônjuge se organize e atinja a sua independência.
- (C) a base de cálculo da pensão alimentícia eventualmente a ser fixada a Maria Madalena sobre o percentual do vencimento do alimentante abrange o décimo terceiro salário, mas não o terço constitucional de férias, por se tratar de verba indenizatória.
- (D) o casamento posterior de Madalena, comprovada a necessidade dos alimentos, não impede a continuidade de sua percepção.
- (E) o inadimplemento de alimentos compensatórios, destinados à manutenção do padrão de vida de ex-cônjuge, em razão da ruptura da sociedade conjugal, justifica a execução pelo rito da prisão.

55

Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro é correto afirmar:

- (A) Salvo expressa disposição em sentido contrário, a lei revogada é restaurada quando a lei revogadora perde a sua vigência.
- (B) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.
- (C) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.
- (D) Na interpretação de normas sobre gestão pública é dispensável a observância de eventuais obstáculos e dificuldades do gestor.
- (E) Lei nova que estabeleça disposições especiais a par das já existentes modifica a lei anterior.

56

Viola, Cristina e Carmen resolveram abrir um empreendimento comum. Para tanto, firmaram um contrato de mútuo com a instituição financeira Crédito Fácil, assumindo a posição de devedoras solidárias. Diante da inadimplência do trio, é correto afirmar que:

- (A) a instituição financeira pode exigir apenas de Carmen o valor integral da dívida por entender que essa possui patrimônio suficiente, todavia, tal atitude importa em renúncia da solidariedade.
- (B) tratando-se de obrigação solidária, restando impossibilitada a prestação ainda que por culpa exclusivamente de Viola, subsiste para todas o encargo de pagar o equivalente mais perdas e danos.
- (C) diante da solidariedade da obrigação, prescinde de prévio consentimento de Viola e Carmen eventual cláusula adicional estipulada entre Cristina e a instituição credora.
- (D) se uma das devedoras solidárias falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.
- (E) caso Carmen seja a devedora demandada poderá opor apenas as exceções que lhe forem de ordem pessoal.

57

Avalie se, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as seguintes afirmativas estão corretas.

- I – A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida apenas no efeito devolutivo.
- II – São princípios que regem a aplicação das medidas específicas de proteção à criança e adolescentes a privacidade e a intervenção precoce.
- III – A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III.

58

A respeito dos direitos básicos do consumidor, nos moldes instituídos pelo Código de Defesa do Consumidor e pelos entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) é direito básico do consumidor a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito.
- (B) o fornecedor poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde do consumidor, desde que apresente as informações necessárias e adequadas a seu respeito.
- (C) a vendedora de passagem aérea responde solidariamente com a companhia aérea pelos danos morais e materiais experimentados pelo passageiro em razão do cancelamento do voo.
- (D) são direitos básicos do consumidor a proteção da vida e da saúde. Assim, sem exceção, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde.
- (E) a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

59

Nos termos do art. 11 do Código Civil, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária. Acerca do tema, assinale a opção incorreta.

- (A) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome. Assim, a mudança total do nome registral não é possível por respeito à segurança jurídica.
- (B) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Conforme decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, o vazamento de dados pessoais trata-se de dano moral presumido.
- (C) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.
- (D) O ato de disposição gratuita do próprio corpo com objetivo científico pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
- (E) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

60

“Vivemos em uma sociedade perigosa, em que não apenas os homens, mas também as coisas e os animais, podem acarretar graves riscos ao nosso patrimônio ou à nossa integridade fisiopsíquica.”

Fonte: GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Manual de direito civil: volume único. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Acerca da responsabilidade civil regulada pelo Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) o incapaz jamais poderá responder pelos prejuízos que causar.
- (B) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, ainda que o causador do dano seja relativamente incapaz.
- (C) o detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar força maior.
- (D) são também responsáveis pela reparação civil os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, salvo para fins de educação.
- (E) a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do fato lesivo.

61

De acordo com a teoria dos fatos jurídicos, analise as seguintes assertivas.

- I – Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- II – Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- III – O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva e resolutiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II.

62

Gabriela Maria conviveu maritalmente com Rafael Henrique por 10 anos. Em janeiro de 2022, Rafael Henrique deixou o lar conjugal. Gabriela Maria passou, então, a exercer a posse sobre o imóvel sem oposição e de forma exclusiva, utilizando-o para sua moradia.

Diante da situação narrada, é correto afirmar que:

- (A) caso o imóvel seja urbano com dimensão de até 250m², ela poderá adquirir o domínio integral do bem pela chamada usucapião familiar, ainda que seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural, desde que seja de tamanho inferior, a partir de janeiro de 2024.
- (B) caso o imóvel seja urbano com dimensão de até 250m², ela poderá adquirir o domínio integral do bem pela chamada usucapião familiar, desde que não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural, a partir de janeiro de 2024.
- (C) ela somente poderá adquirir o domínio do imóvel urbano de até 250m², após cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, pela chamada usucapião constitucional urbana.
- (D) ela poderá adquirir unicamente o domínio do imóvel após quinze anos, sem interrupção, nem oposição, pela chamada usucapião extraordinária.
- (E) apenas após 10 (dez) anos, ela poderá adquirir a propriedade do bem, caso possua justo título e boa-fé, pela chamada usucapião ordinária.

Direito Empresarial**Edilson Enedino****63**

A governança corporativa das empresas tem encontrado cada vez mais adesão das empresas ao redor do mundo. Grandes conglomerados econômicos aplicam os princípios dessa forma de gerir os negócios. Com o acréscimo de compromissos sociais e com o meio ambiente, criou-se o termo ESG para fazer referência aos princípios Environmental, Social e Governance. Das práticas indicadas abaixo, indique aquela que não expressa algum dos pilares ESG.

- (A) Proteção de recursos naturais, respeito aos direitos humanos e garantia de independência do conselho de administração.
- (B) Redução de emissões de gases de efeito estufa, promoção da diversidade de inclusão e diversidade na composição do conselho.
- (C) Gestão eficiente de matéria-prima, melhoria nas condições de trabalho e gestão de riscos.
- (D) Gestão sustentável de resíduos, combate a práticas análogas à escravidão e ao trabalho infantil e redução das desigualdades regionais.
- (E) Cuidado com saúde e segurança, combate à corrupção e transparência.

64

A competência para o processamento e julgamento da falência foi fixada na Lei n. 11.101/2005, e coincidirá com a Comarca onde estiver instalada a empresa. Ocorre que um mesmo empresário pode ter diversos estabelecimentos, matriz e filiais, o que impõe a necessidade de eleição de apenas um juízo competente. Com base no critério para definição do juízo falimentar competente, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de matriz e diversas filiais de um mesmo empresário, o juízo falimentar competente será o do local onde estiver a matriz estatutária registrada na Junta Comercial.
- (B) Em caso de matriz e diversas filiais de um mesmo empresário, o juízo falimentar competente será o do local onde for distribuído o primeiro pedido de falência.
- (C) Em caso de existência de grupo econômico entre as empresas envolvidas, impõe-se que as falências devam ser reunidas perante o juízo onde fica localizado o principal estabelecimento do devedor.
- (D) A existência de grupo econômico entre empresas falidas não tem influência sobre o critério de fixação da competência do juízo falimentar.
- (E) Em caso de existência de grupo econômico entre as empresas envolvidas, as falências devem tramitar perante os juízos onde ficam localizados os principais estabelecimentos de cada empresário devedor.

65

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem adotado diversos entendimentos sobre marcas e patentes, além de interpretações inovadoras da Lei Antitruste. Quanto aos referidos temas, é correto afirmar que aquela Corte concluiu que:

- (A) é lícita a peça publicitária em que o fabricante ou o prestador de serviço se autoavalia como o melhor naquilo que faz, prática caracterizada como *puffing*.
- (B) há coisa julgada envolvendo ação cominatória e indenizatória por uso indevido de marca proposta contra empresa que utiliza marca semelhante à da autora, que tramitou na Justiça Comum estadual, e ação de nulidade de registro de marca, proposta pela mesma autora contra idêntica empresa e contra o INPI, decidida na Justiça Federal.
- (C) a proteção da marca, seja ela de alto renome ou não, busca evitar a confusão ou a associação de uma marca registrada a uma outra, sendo prescindível que, para que exista a violação ao direito marcário, haja confusão no público consumidor ou associação errônea em prejuízo do seu titular.
- (D) marcas compostas por elementos descritivos, evocativos ou sugestivos não podem ser obrigadas a coexistir com outras de denominação semelhante.
- (E) a proteção da marca, salvo a de alto renome, busca evitar a confusão ou a associação de uma marca registrada a uma outra, sendo imprescindível que, para que exista a violação ao direito marcário, haja confusão no público consumidor ou associação errônea em prejuízo do seu titular.

66

A responsabilidade de empresários e sócios na falência tem sido lapidada pela jurisprudência, em decorrência da adequação da nova legislação falimentar e processual civil à realidade de crise econômico-financeira das empresas. Nessa seara, assinale a alternativa que apresenta o entendimento que tem sido adotado pelo Superior Tribunal de Justiça.

- (A) O Juízo da Recuperação Judicial pode anular ou simplesmente desconsiderar ou suspender os atos de construção determinados pelo Juízo da Execução Fiscal, porque ao Juízo Recuperacional compete decidir sobre os bens do empresário em recuperação judicial.
- (B) Havendo manifestação do Juízo da recuperação judicial no sentido de que determinado crédito não integra o patrimônio da recuperanda ou não está submetido aos efeitos da recuperação judicial, cabe a ele ultimar os atos de pagamento.
- (C) A responsabilidade solidária e a extensão dos efeitos da falência ao sócio diretor de sociedade anônima somente são admitidas mediante declaração em sentença prévia proferida em processo autônomo reconhecendo a prática de atos que tenham resultado na quebra da pessoa jurídica.

- (D) O Juízo da Recuperação Judicial pode anular ou simplesmente desconsiderar ou suspender os atos de constrição determinados pelo Juízo Trabalhista, porque ao Juízo Recuperacional compete decidir sobre os bens do empresário em recuperação judicial.
- (E) A decisão de desconstituição da personalidade jurídica pela Justiça trabalhista enseja o reconhecimento de usurpação da competência do juízo falimentar, porque pode atingir direta e concretamente os bens da massa falida.

67

Sobre contratos empresariais, é correto afirmar que a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem aplicado o seguinte entendimento:

- (A) em caso de não renovação de contrato de concessão comercial de veículos, o prédio construído em terreno alheio, em razão da concessão, não se insere no conceito de “instalações”, a justificar o respectivo ressarcimento pela concedente à concessionária.
- (B) na hipótese de não renovação de contrato de concessão comercial de veículos, o prédio construído em terreno próprio ou alheio, em razão da concessão, insere-se no conceito de “instalações”, a justificar o respectivo ressarcimento pela concedente à concessionária.
- (C) em liquidação de sentença de título executivo que trata da indenização devida ao representante comercial pela rescisão contratual sem justa causa do contrato de distribuição de bebidas, é correta a apuração do valor indenizatório sem a inclusão da parcela correspondente ao ICMS.
- (D) na hipótese de não renovação de contrato de concessão comercial de veículos, o prédio construído em terreno alheio, em razão da concessão, insere-se no conceito de “instalações”, a justificar o respectivo ressarcimento pela concedente à concessionária.
- (E) na liquidação de sentença de título executivo que trata da indenização devida ao representante comercial pela rescisão contratual sem justa causa do contrato de distribuição de bebidas, é incorreta a apuração do valor indenizatório com a inclusão da parcela correspondente ao ICMS.

68

A legislação brasileira permite o avanço da execução de dívida particular de sócio sobre o patrimônio da sociedade. Para isso, o credor poderá:

- (A) buscar a desconsideração da personalidade jurídica, bem como promover a penhora das cotas do devedor, mesmo que a sociedade empresária esteja em recuperação judicial, além de promover a liquidação da cota do sócio.
- (B) promover a liquidação da cota do sócio, buscar a desconsideração inversa da personalidade jurídica, bem como promover a penhora das cotas da sociedade, mesmo que a sociedade empresária esteja em recuperação judicial.
- (C) promover a liquidação da cota do sócio, buscar a desconsideração inversa da personalidade jurídica, bem como promover a penhora das cotas da sociedade, salvo se a sociedade empresária estiver em recuperação judicial.
- (D) promover a liquidação da cota do sócio, buscar a desconsideração inversa da personalidade jurídica, bem como promover a penhora das cotas do devedor, mesmo que a sociedade empresária esteja em recuperação judicial.
- (E) buscar a desconsideração inversa da personalidade jurídica, bem como promover a penhora das cotas do devedor, salvo se a sociedade empresária estiver em recuperação judicial, além de promover a liquidação da cota do sócio.

Direito Penal**Dermeval Farias****69**

Com relação ao princípio da insignificância e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- (A) foi adotado expressamente no Código Penal brasileiro de 1940.
- (B) foi adotado expressamente na Constituição Federal de 1988.
- (C) as duas turmas criminais do STJ têm adotado como valor limite do bem ofendido o percentual de até 10% do salário mínimo.
- (D) não pode ser aplicado em crime de contrabando.
- (E) não se aplica o princípio no crime de descaminho.

70

Quanto aos princípios penais nas Constituições contemporâneas, marque a assertiva incorreta.

- (A) Nas Constituições contemporâneas se faz através dos princípios de Direito Penal constitucional e de princípios constitucionais influentes em matéria penal.
- (B) Os princípios de Direito Penal constitucional são exclusiva e tipicamente penais, divididos em princípios explícitos e implícitos. Os princípios explícitos estão anunciados de forma expressa e inequívoca no texto da Constituição, enquanto os princípios implícitos se deduzem das normas constitucionais, por nelas estarem contidos.
- (C) Os princípios constitucionais pertinentes à matéria penal, geralmente, não são propriamente criminais, impondo-se tanto ao legislador penal quanto ao legislador civil, tributário, agrário etc.
- (D) Quanto ao princípio da legalidade, o seu corolário reserva, que exige lei em sentido estrito, é dogmático-estruturante, visto que orienta a formação dos preceitos primários e secundários das normas penais incriminadoras. Conquanto se admita a existência de normas penais em branco em sentido amplo (homogênea) e em sentido estrito (heterogêneas), o referido princípio não permite o complemento do preceito primário com núcleos diversos dos que constam nas elementares do tipo, da mesma maneira impede a remessa de pena à fonte diversa da lei.
- (E) Com esteio na individualização da pena, o STF, no exame da ADO 26 e MI 4733, preencheu a referida lacuna, com os seguintes argumentos: a tutela dos direitos fundamentais há de ser plena de modo que a constituição não se transforme em uma mera folha de papel; a interpretação da homofobia e da transfobia na Lei de Racismo é compatível com a Constituição; o conceito de racismo ultrapassa aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos e alcança a negação da dignidade e da humanidade de grupos vulneráveis.

71

Em relação à teoria da norma penal aos crimes contra a dignidade sexual, é correto afirmar que:

- (A) quanto ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da ubiquidade.
- (B) os princípios que solucionam a sucessão de leis penais no tempo são: especialidade; subsidiariedade; consunção; e, alternatividade.
- (C) quanto ao crime de importunação sexual (art.215-A do CP), o seu preceito secundário aponta para a existência de uma subsidiariedade expressa em eventual conflito aparente de normas.
- (D) o Código Penal brasileiro não contempla a possibilidade de território por extensão.
- (E) não há possibilidade de continuidade delitiva em crimes de estupro, de modo que o concurso de crimes em tais hipóteses se resolve com o concurso material.

72

Quanto ao estudo do fato típico e os seus componentes, é correto afirmar que:

- (A) o delito de olvido ou de esquecimento corresponde ao crime omissivo impróprio na forma dolosa.
- (B) o Código Penal brasileiro adotou a teoria da causalidade adequada como regra na definição do nexo causal.
- (C) crime omissivo impróprio é crime de omissão qualificada.
- (D) a tentativa é incompleta no tipo subjetivo.
- (E) a teoria da imputação objetiva constitui uma contribuição da teoria finalista da ação.

73

Considere o seguinte texto:

“Este princípio nos permite atravessar um perigoso cruzamento, desde que o sinal esteja verde. Confiamos que as pessoas que se encontram do outro lado, onde o sinal está vermelho, obedecerão a parada obrigatória. O mesmo ocorre num ato cirúrgico, onde o médico preceptor é auxiliado por vários profissionais: anestesista, instrumentista, enfermeira, auxiliar de enfermagem etc. Quando está prestes a fazer a incisão cirúrgica, confia que a pessoa encarregada de esterilizar o bisturi, o tenha feito.” O texto anterior refere-se ao seguinte aspecto da teoria da imputação objetiva:

- (A) risco permitido – diz respeito aos contatos sociais, aos riscos das atividades humanas. Não é possível uma garantia normativa que implique a total ausência de riscos. A sociedade não está disposta a renunciar suas atividades de risco (JAKOBS, 2009, p. 289). Assim, cada um se comporta de acordo com o papel que lhe foi atribuído. A determinação do risco permitido deve ser feita em cada caso concreto. Esse critério tem especial importância no campo dos delitos culposos, para os quais foi inicialmente criado. A conduta dentro da margem de risco permitido que cause um resultado lesivo deve ser atribuída ao acaso. Condutas humanas que se encontram dentro do risco permitido conforme as regras sociais estão na esfera da atipicidade.
- (B) cuida do princípio da confiança, que consiste na “autorização para confiar no comportamento correto de outras pessoas – numa medida a ser ainda determinada – não obstante a experiência de que elas cometam erros, confiar entendido aqui não como evento psíquico, mas como estar autorizado a confiar” (JAKOBS, 2009, p. 302). As pessoas que convivem numa mesma sociedade devem confiar umas nas outras, ou seja, devem confiar que cada uma delas cumpra seu papel, observe todos os deveres e obrigações que lhe são inerentes, a fim de que sejam evitados os danos. Devemos cumprir o nosso papel e acreditar que o outro cumprirá.

- (C) o consentimento do ofendido pode funcionar para afastar a tipicidade ou, em outros casos, para afastar a ilicitude. Jakobs nos alerta para as hipóteses em que a própria vítima, com seu comportamento, contribui ou, ao menos, facilita o resultado lesivo. Há infração a um dever de autoproteção, sob o rótulo ação de ação de próprio risco. Exemplo: quem se propõe a praticar esportes radicais, sabe do risco de se lesionar, logo, não pode imputar o resultado ao instrutor, que agiu de acordo com a sua capacidade, observando seu dever de cuidado (cavalgada, montanhismo).
- (D) a autocolocação em perigo não deixa de ser uma contribuição da teoria da imputação objetiva para tornar relevante o papel da vítima na tipicidade. Significa que “inexiste risco juridicamente desaprovado caso o autor se limite a contribuir para que a vítima se coloque em perigo” (GRECO, 2005).
- (E) criação ou não de um risco juridicamente relevante – “perigosas são apenas as ações que gerem uma possibilidade de dano não tão remota, que pareça desprezível um homem prudente” (GRECO, 2005, p.31). Exemplo: agente que almeja a morte do tio para ficar com a herança, por isso compra uma passagem de avião para o tio, na esperança de que ocorra um acidente. Por acaso, a aeronave cai. Não houve criação de um risco relevante.

74

Quanto ao *iter criminis*, assinale a alternativa correta.

- (A) A cogitação pode ser punida se for tipificada.
- (B) Para o Direito Penal brasileiro, em face do art. 31 do CP, é a partir da consumação que haverá a incidência dos institutos penais, ou seja, os atos preparatórios também não são punidos, como regra, no Brasil.
- (C) João contratou Paulo para matar Maria. No dia combinado para a execução, Paulo mudou de ideia e decidiu não matar Maria, não iniciou a execução do crime por vontade própria. Na forma do art. 31 do CP, nem João e nem Paulo respondem por crime. Não se pode punir João por conspiração para a morte de Maria, por falta de previsão legal.
- (D) O crime tentado sempre terá a mesma pena do crime consumado, sem pena reduzida.
- (E) Os crimes omissivos não admitem a forma tentado

75

Com relação às teorias da pena, assinale a alternativa que apresenta corretamente a teoria que prega a inexistência de finalidade concreta e positiva na pena privativa de liberdade.

- (A) Prevenção geral.
- (B) Prevenção especial.
- (C) Teoria unificadora dialética.
- (D) Teoria expressiva.
- (E) Teoria agnóstica.

76

Analise a seguinte hipótese: Caio, durante o repouso noturno, quebrou o cadeado do portão da casa de Maria e subtraiu, para si, uma máquina de lavar roupas.

No caso em apreço, considerando a atual jurisprudência do STJ, é correto afirmar que, na sentença condenatória, o juiz deverá:

- (A) condenar Caio por furto simples com a causa de aumento do repouso noturno que deverá incidir na terceira fase da dosimetria da pena.
- (B) condenar Caio por furto qualificado, excluindo a causa de aumento do repouso noturno, que não deverá ser utilizada na terceira fase e nem na primeira fase da dosimetria.
- (C) condenar Caio por furto qualificado, considerando a causa de aumento do repouso noturno na primeira fase da dosimetria e também como causa de aumento.
- (D) condenar Caio por furto qualificado, afastando a causa de aumento do repouso noturno da terceira fase da dosimetria, considerando tal circunstância na primeira fase da dosimetria da pena como uma circunstância judicial.
- (E) condenar Caio por furto simples com a causa de aumento do repouso noturno que deverá incidir na terceira fase da dosimetria da pena, considerando o rompimento de obstáculos na primeira fase da dosimetria da pena.

77

Analise a seguinte hipótese: Marcos, para subtrair o computador de Maria, matou João e Maria, uma vez que ambos resistiram à subtração.

No caso em apreço, considerando a atual jurisprudência do STJ, é correto afirmar que, na sentença condenatória, o juiz deverá condenar Marcos por:

- (A) dois latrocínios na forma do concurso material de crimes.
- (B) dois latrocínios na forma do concurso formal impróprio de crimes.
- (C) dois latrocínios na forma do concurso do crime continuado.
- (D) um crime único de latrocínio, devendo considerar na pena base a morte de mais de uma vítima.
- (E) dois latrocínios na forma do concurso formal próprio de crimes.

78

Analise a seguinte hipótese: Mauro foi condenado pelo crime de homicídio qualificado por uso de recurso que dificultou a defesa da vítima e, ao mesmo tempo, privilegiado. Mauro confessou o fato durante o plenário do júri, quando do seu interrogatório. Nos autos, há Folha de Antecedentes que comprova a multirreincidência de Mauro.

No caso em apreço, considerando a atual jurisprudência do STJ, o juiz deverá na sentença condenatória:

No caso em apreço, considerando a atual jurisprudência do STJ, é correto afirmar que, na sentença condenatória, o juiz deverá aplicar a pena de:

- (A) um crime de homicídio qualificado, compensar a reincidência integralmente com a atenuante da confissão espontânea e considerar o privilégio como causa de redução de pena na terceira fase.
- (B) um crime de homicídio qualificado, compensar a reincidência com a atenuante da confissão espontânea e não considerar o privilégio como causa de redução de pena na terceira fase.
- (C) um crime de homicídio qualificado, compensar parcialmente a reincidência com a atenuante da confissão espontânea e considerar o privilégio como causa de redução de pena na terceira fase.
- (D) um crime de homicídio qualificado, ignorar a reincidência e considerar a atenuante da confissão espontânea, bem como considerar o privilégio como causa de redução de pena na terceira fase da dosimetria.
- (E) um crime de homicídio qualificado, compensar a multirreincidência com a atenuante da confissão espontânea e considerar o privilégio como causa de redução de pena na terceira fase.

79

Sobre a punibilidade e suas causas de exclusão, assinale a assertiva correta.

- (A) O acórdão condenatório de que trata o inciso IV do art. 117 do Código Penal interrompe a prescrição, inclusive quando confirmatório de sentença condenatória, seja mantendo, reduzindo ou aumentando a pena anteriormente imposta.
- (B) A morte do condenado não extingue a pena de multa.
- (C) A *abolitio criminis* não pode ser aplicada pelo juízo da execução penal.
- (D) A prescrição da pretensão executória conta com o trânsito em julgado para a condenação, segundo o STF.
- (E) A reincidência interfere na prescrição da pretensão punitiva.

80

A terceira via no Direito Penal corresponde à:

- (A) pena privativa de liberdade e penas restritivas de direito.
- (B) diminuição ou exclusão da pena privativa como resultado da reparação de danos à vítima.
- (C) medida de segurança e penas restritivas de direito.
- (D) substituição de pena privativa por penas restritivas de direito.
- (E) pena privativa de liberdade e medida de segurança.



1º Simulado
Exame Nacional da Magistratura – 2024
(Premiado) (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	E	B	A	B	C	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	A	D	D	A	C	B	C	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	E	A	D	A	D	C	C	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	B	D	D	B	D	B	A	B	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	B	E	D	B	C	E	E	B	D
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	A	E	B	C	D	D	A	B	C
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
E	B	D	C	A	C	A	D	C	E
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	C	B	C	E	D	D	C	A	B

GRANXPERS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts

Direito Constitucional Direito Constitucional do Trabalho, Direito Constitucional Tributário e Normas Constitucionais de Processo Penal)
Samuel Marques

1

Sobre as normas constitucionais e o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da definição de valor limite da Requisição de Pequeno Valor (RPV), assinale a alternativa correta.

- (A) A União é o único ente federativo que goza de autonomia para estabelecer valor correspondente às obrigações de pequeno valor.
- (B) Os entes federativos não possuem autonomia para fixação de valores de RPV em patamares inferiores aos previstos no ADCT.
- (C) A definição dos valores será relacionada à capacidade econômica do ente federativo, devendo tal ser considerada a partir de sua receita, além do grau de endividamento e de litigiosidade do ente.
- (D) A fixação dos valores independe das disponibilidades financeiras dos entes, em razão da autonomia federativa conferida.
- (E) É inconstitucional a definição de valores inferiores ao teto para o pagamento de RPV por parte dos municípios, pois necessariamente se vinculam às regras do art. 87 do ADCT, independentemente da sua disponibilidade financeira.

Letra c.

Assunto abordado: Poder Judiciário. Organização do Estado. Repartição de Competências.

- (A) Errada. Conforme o indicado no art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, os entes federativos poderão indicar valores distintos, por leis próprias, sendo considerada para tal a diferença de capacidades econômicas;
- (B) Errada. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, estabelecido a partir do Tema 1231, com repercussão geral, as unidades federativas podem fixar valores de RPV em patamares inferiores aos previstos no art. 87 do ADCT.
- (C) Certa. Conforme o estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, no Tema 1231, com repercussão geral, a fixação de valores de RPV será realizada de acordo com a capacidade econômica do ente federativo, sendo a receita e os graus de endividamento e litigiosidade do ente federado levado em consideração para tal.
- (D) Errada. O art. 100, § 4º, da Constituição Federal, e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sugerem a capacidade econômica do ente federativo como fator basilar para determinação de limite do valor do RPV.
- (E) Errada. No julgamento do RE 1359139, gerador do Tema 1231, com repercussão geral, entendeu-se que os municípios, assim como os demais entes federativos, têm capacidade para fixação de limites de RPV em patamares inferiores aos estipulados pelo art. 87 do ADCT.

2

As funções essenciais à justiça são atividades propulsores da atividade jurisdicional, uma vez que são responsáveis por provocarem a atuação do Poder Judiciário. Diante das lições constitucionais e da jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os defensores públicos, além de se submeterem ao regime próprio da Defensoria Pública, também se sujeitam ao Estatuto da OAB.
- (B) O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado.
- (C) É constitucional a concessão de auxílio destinado ao aperfeiçoamento profissional de membros da advocacia pública estadual.
- (D) Lei estadual não poderá criar cargos jurídicos fora da estrutura da procuradoria estadual para o exercício de atividades de representação judicial, consultoria ou assessoria para suas fundações públicas.
- (E) Dentre as competências para ações civis conferidas pela Constituição Federal ao Ministério Público, não há impeditivos para ações de terceiros nas mesmas hipóteses, dentro dos limites constitucionais e legais estabelecidos.

Letra a.

Assunto abordado: Funções Essenciais à Justiça. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia Pública.

- (A) Errada. O Supremo Tribunal Federal definiu, a partir do julgamento do RE 1240999 (Tema 1074, com repercussão geral), que é inconstitucional a exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Certa. Conforme o julgamento do RE 593727, gerador do Tema 184, com repercussão geral, o Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado.
- (C) Certa. A concessão de auxílio destinado ao aperfeiçoamento profissional de membros de procuradoria estadual é constitucional, desde que seja caracterizado como verba de natureza indenizatória, como indicado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 7271.
- (D) Certa. O Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional, por violar a unicidade orgânica da advocacia pública estadual, criação, por lei estadual, de órgão jurídico paralelo à Procuradoria-Geral do Estado, com funções de representação judicial, consultoria

e assessoramento jurídico de fundação pública estadual, conforme entendimento depreendido no julgamento da ADI 7380.

(E) Certa. Fundamentação em acordo com o disposto no art. 129, § 1º, da Constituição Federal, o qual determina que a legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas nesse artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei.

3

Sobre as competências dos órgãos do Poder Judiciário estabelecidas na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes comuns praticados por indígenas contra indígenas são de competência da justiça federal.
- (B) Compete à justiça estadual processar e julgar o prefeito municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante o órgão federal.
- (C) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar o crime de falsa anotação na carteira de trabalho e previdência social, atribuído à empresa privada.
- (D) A competência da justiça comum estadual para o julgamento de causas de competência da Justiça Federal em que forem parte da instituição de previdência social e segurado pressupõe inexistência de Vara Federal na Comarca do domicílio do segurado.
- (E) Compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

Letra d.

Assunto abordado: Poder Judiciário. Competências.

- (A) Errada. No julgamento do RE 419.528, o Supremo Tribunal Federal determinou que a competência da Justiça Federal, fixada no art. 109, XI, da Constituição Federal, deverá ser compreendida quando a acusação seja de genocídio, ou quando, na ocasião ou motivação de outro delito de que seja índio o agente ou a vítima, tenha havido disputa sobre direitos indígenas. Ademais, conforme a Súmula 140 do Superior Tribunal de Justiça, compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar o crime em que o indígena figure como autor ou vítima.
- (B) Errada. Conforme indica a Súmula 208 do Superior Tribunal de Justiça, compete à Justiça Federal processar e julgar o prefeito municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante o órgão federal.
- (C) Errada. A Justiça do Trabalho é órgão de justiça especializada que não exerce competência para julgar ações penais, cabendo à Justiça Estadual o processamento e julgamento do crime de falsa anotação na carteira de trabalho e previdência social, atribuído à empresa privada, de acordo com o estabelecido na Súmula 62 do Superior Tribunal de Justiça.

(D) Certa. Segundo o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 860508, gerador do Tema 820, com repercussão geral, a competência prevista no § 3º do art. 109 da Constituição Federal, da Justiça comum, pressupõe inexistência de Vara Federal na Comarca do domicílio do segurado.

(E) Errada. A Súmula 690 do Supremo Tribunal Federal, que determinava ser de sua competência o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais, foi superada a partir do julgamento do HC 86834, consolidando-se o entendimento de que a competência é do Tribunal de Justiça ou do Tribunal Regional Federal.

4

Acerca da forma federativa de estado, consagrada na Constituição de 1988, de modo a dividir as funções, receitas e responsabilidades entre os entes federativos, analise as afirmativas a seguir.

- I – Os territórios federais possuem a natureza jurídica de pessoa jurídica de direito público.
- II – A definição dos crimes de responsabilidade é da competência legislativa privativa da União.
- III – É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, inclusive o de instituições bancárias.
- IV – Compete à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e IV.

Letra e.

Assunto abordado: Organização do Estado. Divisão de Competências.

- I) Certo. Os territórios federais, indicados a partir do art. 18, § 2º, da Constituição Federal, têm condição jurídica de autarquia territorial. Logo, são pessoas jurídicas de direito público.
- II) Certo. De acordo com a Súmula Vinculante 46, a definição de crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União.
- III) Errado. Aos municípios compete a fixação de horário de funcionamento de estabelecimento comercial, conforme se indica na Súmula Vinculante 38, porém, o Supremo Tribunal Federal entende que tal competência não se aplica às atividades de instituições bancárias, uma vez que compete à União, já que o assunto tem in-

teresse nacional. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça, em sua Súmula 19, define que a fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência da União.

IV) Certo. De acordo com a Súmula Vinculante 39, compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

5

O poder constituinte é um conceito fundamental no direito constitucional que se refere à capacidade soberana de criar, modificar ou reformar uma constituição. É o poder supremo que fundamenta a existência e organização de um Estado, estabelecendo as bases jurídicas e políticas sobre as quais toda a ordem jurídica se desenvolve. Acerca do acima exposto, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O poder constituinte originário tem natureza fática, pois nasce das relações político-sociais, da vida em sociedade e não advém das normas jurídicas.
- (B) O STF não admite a utilização da mutação constitucional como fundamento da interpretação judicial em via de controle difuso.
- (C) A criação de constituições estaduais como norma organizatória dos estados federados é caracterizada como exercício do poder constituinte derivado decorrente.
- (D) O poder constituinte derivado reformador possui a habilidade de alterar as normas constitucionais por um procedimento específico estabelecido pelo poder constituinte originário, sem que seja necessária uma revolução.
- (E) Via de regra, apesar de a Constituição instaurar nova ordem jurídica, as normas anteriores a ela são recepcionadas, desde que com ela compatíveis.

Letra b.

Assunto abordado: Poder Constituinte. Mutações Constitucionais.

- (A) Certa. O poder constituinte originário é de natureza factual, uma vez que surge das interações político-sociais e da dinâmica da vida em sociedade, não sendo originado diretamente das normas jurídicas.
- (B) Errada. O Supremo Tribunal Federal admite a utilização da mutação constitucional como fundamento da interpretação judicial em sede de controle difuso, conforme se depreende o indicado nos julgamentos da ADI 3406 e da ADI 3470.
- (C) Certa. A manifestação do poder constituinte derivado decorrente encontra fundamentação no art. 11 do ADCT, que se materializa a partir da criação das constituições estaduais.
- (D) Certa. O poder constituinte derivado reformador tem a capacidade de modificar a Constituição Federal, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo originário, sem que haja uma verdadeira revolução, conforme as regras do art. 60 da Constituição Federal.

(E) Certa. Em regra, em relação às normas anteriores, ocorre a recepção, que consiste no fenômeno pelo qual a nova Constituição incorpora as leis já existentes, desde que sejam compatíveis com ela, conferindo-lhes validade e evitando a necessidade de elaborar toda a legislação infraconstitucional novamente.

6

Com base nas suas previsões constitucionais e jurisprudenciais acerca da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, assinale a alternativa correta.

- (A) As guardas municipais, mesmo que não previstas no rol de segurança pública indicado a partir do *caput* do art. 144 da Constituição Federal, encontram-se como integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.
- (B) Exceto a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais civis e militares cabem às polícias civis.
- (C) Segundo o Supremo Tribunal Federal, nos concursos públicos para acesso à carreira militar, a fixação de limite de idade pode ser indicada apenas no edital, não sendo necessária previsão legal.
- (D) A outorga constitucional às instituições de segurança pública de polícia judiciária não exclui a possibilidade de determinação da abertura de investigações, requisição de esclarecimentos, acompanhamento de atos de investigação penal, mesmo aqueles que tramitam sob regime de sigilo, ao Ministério Público, sendo-lhe garantido o poder-dever de assumir a presidência do inquérito policial.
- (E) É inconstitucional a instituição da competência de polícia de trânsito às guardas municipais, em especial para a imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

Letra a.

Assunto abordado: Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Funções Essenciais à Justiça.

- (A) Certa. O Supremo Tribunal Federal, por meio da ADPF 995, entendeu que é constitucional a previsão das guardas municipais como integrantes do Sistema de Segurança Pública.
- (B) Errada. Às polícias civis cabem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- (C) Errada. Conforme o estabelecido na Constituição Federal, em seu art. 142, § 3º, no julgamento do RE 600885, a definição de requisitos para ingresso nas Forças Armadas deve ser prevista em lei.
- (D) Errada. Segundo o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 89837, a outorga constitucional de funções de polícia judiciária à instituição policial não impede o Ministério Público praticar quaisquer atos de investigação penal, mesmo aqueles sob regime de sigilo,

sendo-lhe vedado, no entanto, assumir a presidência do inquérito policial, que traduz atribuição privativa da autoridade policial

(E) Errada. Segundo o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 658570 (Tema 472, com repercussão Geral), é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

7

Sobre o instituto das provas e seus fundamentos constitucionais, processuais e jurisprudenciais, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
- (B) A gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é compreendida como prova ilícita.
- (C) Conforme o Superior Tribunal de Justiça, não há necessidade de se respeitar uma absoluta identidade de partes entre o processo de que se empresta a prova e o processo para o qual esta é emprestada.
- (D) A utilização de provas emprestadas no processo administrativo disciplinar é permitida, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e que

sejam observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

- (E) O juiz no processo penal poderá, quando entender necessário, ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes, bem como as pessoas as quais as testemunhas se referirem.

Letra b.

Assunto abordado: Direito e restrições à prova. Prova emprestada. Prova ilícita e ilegítima.

(A) Certa. Segundo a Súmula 145 do STF, não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

(B) Errada. É lícita a gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro, conforme entendeu o Superior Tribunal de Justiça a partir do HC 5112290.

(C) Certa. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou que a prova emprestada não pode se restringir a processos em que figurem partes idênticas, sob pena de se reduzir excessivamente sua aplicabilidade sem justificativa razoável para isso, no julgamento do EREsp 617428. Torna-se importante destacar que tal ponto encontra divergência com o entendimento doutrinário.

QUER TER ACESSO AO RESTANTE DAS QUESTÕES COMENTADAS?

**SEJA NOSSO ASSINANTE
ILIMITADO!**

NÃO DEIXE DE AVALIAR NOSSO SIMULADO TAMBÉM.



**SUA OPINIÃO É MUITO
IMPORTANTE PARA NÓS!**

GRAN
CONCURSOS

